



DEFENSORIA  
PÚBLICA DO ESTADO  
DE PERNAMBUCO

**PARECER nº 33396806.2023.DPPE - CONS. JURIDICA**

**SEI Nº 2500000031.000277/2023-82**

## **PREGÃO ELETRÔNICO – MATERIAIS DE TI – PRESENÇA DOS REQUISITOS – EDITAL EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO.**

### **I – DOS FATOS**

Trata-se de suscitação por minuta de parecer jurídico da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco (DPPE) no que se refere à instauração de processo sob n.º 2500000031.000277/2023-82 para contratação de pessoa jurídica, para aquisição de material de informática, atendendo às necessidades desta DPPE.

O pedido tem fundamento no parágrafo único do art. 38 da Lei Federal n.º 8.666/1993, considerada a aplicação subsidiária do texto de norma da referida lei em atenção ao art. 9.º da Lei Federal 10.520/2002.

### **II – DA ANÁLISE JURÍDICA DO CASO**

No caso em tela, a análise do presente parecer é restrita aos parâmetros determinados pelas Leis Federais de n.ºs 8.666/1993 e 10.520/2002, bem como pelo Decreto Estadual de n.º 32.539/2008.

Cingindo-se à análise do teor do pregão eletrônico para a contratação pretendida, ela poderá ser levada a efeito pela modalidade escolhida, qual seja, menor preço por item, conforme preconizam o parágrafo único e *caput* do art. 1.º da Lei 10.520/2002, haja vista tratar-se de **aquisição de bens comuns**, como se vê *in verbis*:

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Ademais, observam-se cumpridas as formalidades legais do documento editalício, com objeto especificado, termos da contratação e presença de anexos pertinentes à modalidade eleita. Além disso, o valor cotado está dentro da conformidade, esperando-se sua redução na fase externa do pregão.

### **III – CONCLUSÃO**

Ante o exposto, encaminha-se a presente minuta de parecer opinativo para o Defensor Público José Fabrício Silva de Lima, designado para assessorar e acompanhar os procedimentos licitatórios da Comissão Permanente de Licitação da DPPE pela Portaria n.º 585/2022, publicada no DOE em 14 de maio de 2022, para que ele possa validar ou alterar o presente parecer nos seguintes termos: opina-se pelo prosseguimento do pregão eletrônico, uma vez cumpridos os requisitos legais.

**É o parecer, s. m. j.**

Recife, 10 de fevereiro de 2023.

José Fabrício Silva de Lima

Subdefensor Público-Geral Jurídico



Documento assinado eletronicamente por **Jose Fabricio Silva de Lima**, em 13/02/2023, às 16:02, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.pe.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **33396806** e o código CRC **2A670C1F**.

---

### DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Av. Manoel Borba, 640, - Bairro Boa Vista, Recife/PE - CEP 50070-000, Telefone: